



O TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE MEDIEVAL

Hélio Clemente Fernandes
h_clefer@hotmail.com
Paulino José Orso
paulinorso@uol.com.br
(UNIOESTE)

Resumo

Sabe-se que a Idade Média é um período que se estende por aproximadamente mil anos, indo desde a derrubada do Império Romano (476 d.C.) pelos povos germânicos (bárbaros) até a tomada de Constantinopla (1453 d.C.) pelos turcos otomanos. Trata-se de um período bastante abrangente e que teve na economia agrária e de subsistência uma de suas principais características, sem olvidar do papel preponderante exercido pela religião para conquistar corações e mentes. Nesse panorama, o objetivo do presente estudo é o de analisar algumas fontes bibliográficas no intuito de buscar compreender o trabalho docente na sociedade medieval no propósito de contribuir com o debate entre educação e sociedade que permanece até os dias atuais e é central para dimensionar o fazer pedagógico na contemporaneidade. O referencial teórico que embasa esta pesquisa é o materialismo histórico dialético e, portanto, as categorias de contradição, totalidade, luta de classe são fundamentais para a compreensão deste estudo. Para a execução desta pesquisa utilizamos as fontes bibliográficas de orientação, em maior parte, marxista. Por uma questão metodológica num primeiro momento expomos algumas considerações iniciais, a seguir discorreremos sobre alguns elementos da organização social da Idade Média para num terceiro momento apresentar o trabalho docente na sociedade medieval. Com a finalidade de concluir o presente estudo algumas considerações finais são tecidas. O ensejo é que esta pesquisa contribua para que na atualidade possamos pensar melhor e, assim, agir no sentido da emancipação social. Quanto aos resultados, evidenciou-se por meio da bibliografia analisada que a educação e, por conseguinte, o trabalho docente liga-se ao modo de produção da sociedade na qual ela encontra-se inserida. Esta é a ideia central que perpassa este estudo. No limite, espera-se que estes escritos possam auxiliar na emancipação do trabalho docente nos dias atuais.

Palavras-chave: Sociedade medieval. Trabalho docente. Luta de classe.

Considerações iniciais

A Idade Média é um período que se estende por aproximadamente mil anos. Comumente situa-se entre a derrubada do Império Romano (476 d. C.) pelos povos germânicos (bárbaros) a tomada de Constantinopla (1453 d.C.) pelos turcos otomanos. Trata-se de um período bastante abrangente, que teve na economia agrária e na produção para a subsistência suas principais características. Enfatiza-se, também, o fato de a vida encontrar-se impregnada pelo pensamento clerical, ou seja, “o padrão do que era certo ou errado na atividade religiosa não diferia das demais atividades sociais ou, mais importante ainda, do padrão das atividades econômicas. As regras da Igreja sobre o bem e o mal aplicavam-se a todos os setores, igualmente” (HUBERMAN, 1973, p.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

47)¹. Assim sendo, cumpre assinalar, conforme Bogdan Suchodolski, que “o cristianismo manteve, transformou e desenvolveu a concepção platônica. Realçou ainda com mais força a oposição de duas esferas da realidade: verdadeira e eterna por um lado, aparente e temporal por outro” (1984, p. 20).

Este retorno na história tem como objetivo, dentre outras coisas, explicitar a ligação intrínseca entre a sociedade e o papel da escola na contemporaneidade.

Penso que a maioria dos educadores, ao fazer o seu trabalho, ao realizar seu compromisso acadêmico, o faz com muita responsabilidade, com muito esmero, com muita dedicação, empenhando todas as suas energias. Todavia, muitas vezes, ao fazê-lo a maioria se limita às ações e atividades, como se elas se reduzissem ou se circunscrevessem ao interior das quatro paredes da escola. E, compreendendo assim a educação, acreditam que basta ‘fazer o trabalho bem feito’, pois incutiram que a educação e a escola nada têm a ver com o que ocorre para além dos muros que a cercam ou, pelo menos, que não devem se preocupar com isso, como que se quisessem isolá-la do mundo, para que ele não a contagie, e então, livre de interferência, estaria garantido o sucesso do trabalho escolar (ORSO, p. 226).

A desmistificação do que acontece na escola e na sociedade são basilares para a compreensão do trabalho docente em qualquer período histórico. Nesta perspectiva, ressalta-se o paralelo realizado por Amarílio Ferreira Jr e Marisa Bittar entre a finalidade do trabalho docente nas sociedades escravocratas e a mudança que ocorre na sociedade medieval. De acordo com estes pesquisadores passou-se das escolas que outrora tinham o objetivo de “formar o cidadão, o político, aquele que governaria a pólis” para “as escolas paroquiais e cenobiais” que têm por “finalidade divulgar o logos, ou seja, formar os cristãos” (2008, p. 233), em que “a verdadeira educação cumpre ligar o homem à sua verdadeira pátria, a pátria celeste, e destruir ao mesmo tempo tudo o que prende o homem à sua existência terrestre” (SUCHODOLSKI, 1984, p. 20).

Acrescenta ainda que:

Além de educar segundo os preceitos religiosos do cristianismo, as instituições educacionais do medievo formavam quadros intelectuais e criavam uma hegemonia cultural favorável à nobreza feudal, papel que coube particularmente às escolas cenobiais. Elas tinham, entre outras, a tarefa de transformar os *oblatos*,

¹ Para se compreender melhor o trabalho docente realizado na Idade Média, sugerimos ler Ruy Afonso da Costa Nunes, que em sua *História da Educação na Antiguidade cristã*, põe “em relevo as concepções pedagógicas dos Santos Padres”, que foram os “grandes doutores e escritores cristãos dos primeiros séculos do Cristianismo, até o fim do mundo antigo” (1978, p. XI).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

isto é, os meninos oferecidos, nos intelectuais orgânicos que pensavam o processo de reprodução do *status quo* da ordem feudal (FERREIRA Jr; BITTAR, 2008, p. 233).

Em decorrência das contradições sociais, na Idade Média os escravos cedem lugar aos servos, pois, do mesmo modo que os altos-fornos cessam de funcionar sem o fornecimento de carvão, o sistema social fundado na escravidão também acaba sem o fornecimento de escravos². Ao tratar, destas classes sociais, Marx afirma que, da mesma forma que os escravos, os servos não estavam separados das condições naturais e inorgânicas e seu metabolismo com a natureza: “o que acontece é que uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição inorgânica e natural de sua própria reprodução” (1985, p. 82-83). Portanto, busca-se explicar a transição do modo de produção escravocrata para o feudal apoiando-se nas transformações que ocorreram na base material.

À medida que os povos conquistados deixavam de fornecer escravos e riquezas, mais aumentavam os impostos, as taxas, as requisições. A miséria foi crescendo de tal forma, que a exploração dos domínios enormes – *latifúndia* – por verdadeiros exércitos de escravos já não produzia rendas compensadoras. O cultivo em pequena escala voltou a ser o único que compensava, *o que é a mesma coisa que dizer que a escravidão se tornou desnecessária*. O escravo passou a produzir menos do que custava a sua manutenção, e a partir desse momento ele desapareceu como um *sistema de exploração em grande escala* (PONCE, 2005, p. 83).

O mesmo autor acrescenta:

Do ponto de vista dos donos da terra, a servidão representava uma real vantagem sobre a escravidão. Era necessário um grande capital para adquirir e manter os escravos necessários, ao passo que a servidão não requeria nenhum gasto; o servo custeava a sua própria vida, e todas as vicissitudes do trabalho corriam por sua conta. A servidão constituía, pois, a única maneira de que o patrão dispunha para tirar proveitos dos seus fundos, ao mesmo tempo que também constituía o único modo dos que não possuíam terras proverem o seu próprio sustento (idem, p. 85).

² Constitui-se em uma fonte preciosa de estudo o livro de Perry Anderson *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, para quem desejar aprofundar-se neste assunto. Segundo este autor, a crise da antiguidade tem sua origem no campo: “enquanto as cidades estagnavam ou entravam em declínio, ocorriam na economia rural modificações de maior alcance, presságio da transição para outro modo de produção. [...] nas condições recessivas do fim do império, o trabalho escravo (sempre ligado a um sistema de expansão política e militar) foi-se tornando cada vez mais escasso e incômodo e, por isso, foi sendo largamente convertido pelos proprietários de terras em adscrição vinculada ao solo” (1980, p. 102).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Convém ainda, que se diferencie o servo do escravo, pois, os servos, apesar de estarem presos ao serviço total do seu senhor (não serem livres), não podiam ser vendidos como uma simples mercadoria como era feito com os escravos³.

Pelo exposto, percebe-se que a escravidão havia se tornado um ‘mau negócio’ e, “com a insegurança advinda das invasões bárbaras e, posteriormente, pela expansão muçulmana, as cidades foram se despovoando, perdendo sua importância, e um processo começa a ocorrer: *ruralização*” (ARANHA, 1989, p. 80). Nesta sociedade predominam as explicações teológicas sobre tudo o que acontece na natureza e, são os “homens da Igreja” os responsáveis para decodificar os “desígnios de Deus” e, como “porta vozes” do criador de todo o universo irão impor ao povo a “vontade divina”.

Ressalta-se também a dicotomia entre a pregação e a prática executada pelos homens da Igreja, pois, apesar de anunciarem que todo poder é serviço, pautando-se nas *Escrituras Sagradas*⁴, viviam na ostentação de riquezas, sob o trabalho dos outros, de tal modo que “entre os muitos senhores em que o mundo antigo se desagregava, a Igreja se apresentou como um deles: possuidora de terras e guerreira, da mesma forma que todos os outros” (PONCE, 2005, p. 88).

Destaca-se que um dos instrumentos utilizados para a reprodução da sociedade medieval é a educação, que ao partir da premissa de que o homem era um pecador, concebido em pecado, precisava ser convertido e curado do *pecado original* e dos outros, posteriormente cometidos, em decorrência deste. A relevância disso advém, na medida em que o homem para adentrar no paraíso, necessitava sobretudo da purificação da própria alma, salvando-a e elevando-a junto de Deus.

A partir destas considerações, intenta-se ater um pouco mais sobre a organização social da Idade Média, no intuito de explicitar algumas das características da educação e, por conseguinte, do trabalho docente nesse período.

³ É de lembrar, no entanto, conforme Luiz Werneck Vianna, que sob o feudalismo não se pode propriamente falar em direito e sim numa regulamentação do sistema de desigualdades sociais existentes, face à ausência de um estatuto jurídico formal e comum a todos (1976, p.12).

⁴ No evangelho de São Marcos, por exemplo, pode-se ler: “aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos. Pois, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (10, 43-45); Cf. Bíblia de Jerusalém, 1995.





A organização social da Idade Média

Conforme Leo Huberman, pode-se afirmar que a sociedade feudal era dividida basicamente em três classes: “sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar” (1973, p. 11). A partir dessa constatação, acrescenta-se que a sociedade medieval

[...] era também uma sociedade governada pela autoridade política, religiosa e cultural, representada no grau máximo pelo imperador e pelo papa, que eram os avalistas da ordem social e cultural, como também os intérpretes e os símbolos da ordem do cosmos, estabelecida pelo ato divino da criação (CAMBI, 1999, p. 196).

Em tal modo de organização social, entende-se, que alguém “tinha que pagar pelas diversões e coisas boas que os cavaleiros e damas desfrutavam. Também alguém tinha que fornecer alimentação e vestuário para os clérigos e padres que pregavam, enquanto os cavaleiros lutavam” (HUBERMAN, 1973, p. 11).⁵

Pode-se dizer, segundo Sérgio Buarque de Holanda, que:

A Idade Média mal conheceu as aspirações conscientes para uma reforma da sociedade civil. O mundo era organizado segundo leis eternas indiscutíveis, impostas do outro mundo pelo supremo ordenador de todas as coisas. Por um paradoxo singular, o princípio formador da sociedade era, em sua expressão mais nítida, uma força inimiga, inimiga do mundo e da vida (1995, p. 34).

É importante perceber que o clero era formado pelos membros da Igreja; os guerreiros eram os nobres que tinham domínio das terras; e os trabalhadores, em sua maioria, eram os servos. Das obrigações que os servos tinham para com o seu senhor feudal e a Igreja, assinala-se: talha (metade da produção do servo devia ser destinada ao senhor feudal), banalidades (imposto pago pelo servo para utilizar o forno, o moinho etc, do senhor feudal), corvéia (eram os três ou quatro dias que o servo devia trabalhar nas terras do senhor feudal) e tostão de Pedro (Dízimo: dez por cento do resultado da produção do servo era destinado à Igreja).

Segundo Huberman: “Dizia-se comumente do período feudal que não havia ‘senhor sem terra, nem terra sem um senhor’” (1973, p. 12). Assim, numa sociedade fundada na economia

⁵ Como ilustração desta realidade, indicamos o poema de Bertold Brecht denominado “Perguntas de um trabalhador que lê”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

agrícola e de subsistência, a terra é tida como símbolo máximo de poder. No modo de produção feudal, “a condição dos homens é determinada pela sua relação com a terra: os que são proprietários (nobreza e clero) têm poder e liberdade. No outro extremo se encontram os *servos da gleba*, os despossuídos” (ARANHA, 1989, p. 81). Neste sentido, destaca-se, que a Igreja além de possuir o poder espiritual (pensamento dominante) se tornou proprietária de quase metade das terras cultiváveis na Europa (domínio econômico). Para manter-se em seus privilégios o clero contava com o trabalho de ensino, isto é, “todo o trabalho dos pensadores, dos grandes construtores de sistemas, não significava outra coisa senão o empenho em disfarçar, quanto possível, esse antagonismo entre o Espírito e a Vida” (HOLANDA, 1995, p. 34).

E sobre alguns dos motivos que explicitam o vertiginoso enriquecimento da Igreja na Idade Média aponta-se:

A Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal. Homens preocupados com a espécie de vida que tinham levado e desejosos de passar para o lado direito de Deus antes de morrer, doavam terras à Igreja; outras pessoas, achando que a Igreja realizava uma grande obra de assistência aos doentes e aos pobres, desejando ajudá-la nessa tarefa, davam-lhe terras; alguns nobres e reis criaram o hábito de, sempre que venciam uma guerra e se apoderavam das terras do inimigo, doar parte delas à Igreja; por esses e por outros meios a Igreja aumentava suas terras, até que se tornou proprietária de entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental (HUBERMAN, 1973, p. 22).

Aos poucos a Igreja foi se tornando muito rica e suas regras de comportamento moral e social foram disseminados entre os moradores dos feudos, comportando-se de modo similar à todos os outros senhores feudais.

Assinala-se, ainda, que por meio da obrigatoriedade das confissões, acontecia o controle da Igreja, pois, este permitia que o clero tomasse conhecimento de quase tudo o que ocorria nos feudos (vastas extensões de terra em que se praticava a agricultura, o extrativismo, a caça e a criação de animais)⁶. Com base em Friedrich Engels, ironicamente pode se perceber que a Igreja, ao adquirir cada vez mais terra e poder, distanciou-se na prática daquilo que pregava e apesar de proclamar o Evangelho e a defesa da vida divina, na sua prática a negava, de modo que,

⁶ Contribui para o entendimento da sociedade medieval a narrativa realizada por Umberto Eco intitulada de *O Nome da Rosa*, que retrata fatos que supostamente teriam acontecidos em um mosteiro medieval.





“simplesmente, eles deram cabo de Deus, vivem e pensam no mundo real, são materialistas” (1981, p. 143).

Importa ressaltar, três pontos: a) que a sociedade do medievo era estamental, isto é, nela não havia mobilidade social, sendo assim, os filhos tinham sua vida traçada em função de seu nascimento, onde por inúmeras gerações alguém que nascia servo iria continuar servo, pois, os filhos ao herdarem os pedaços de terras dos seus pais, herdavam todos os seus compromissos; b) a influência exercida pela Igreja se estendia sobre todos os âmbitos do modo de organização da vida na Idade Média; c) o predomínio da ideia (forma) frente à matéria, explicitado pela filosofia aristotélica desse período que diz:

A matéria é passiva, variável, neutra; a forma é ativa, duradoura, e dá um aspecto qualitativamente definido. A ‘forma’ do homem é a atividade, uma atividade específica. Não a que possui à semelhança de plantas e animais, mas a atividade pensante. Esta ‘forma’ molda a ‘matéria’ e cria o homem. Há, portanto, uma forma para cada homem. A tarefa da educação consiste em atuar da mesma maneira em todos (SUCHODOLSKI, 1984, p. 21).

Nota-se, deste modo, a influência que as relações sociais exercem sobre a função da escola e, por consequência, do trabalho docente. A seguir, busca-se explicitar um pouco desta ligação no intuito de compreender o fazer pedagógico realizado na sociedade medieval. Porém, desde já, destaca-se que nos limitaremos a tecer algumas considerações sobre um de seus principais personagens, o filósofo e educador Santo Agostinho; bem como abordar os tipos de educação oferecida (com ênfase na educação monacal e cavaleiresca).

O trabalho docente realizado na sociedade medieval

Nos primórdios do feudalismo, segundo Huberman, a Igreja “preservou muito da cultura do Império Romano. Incentivou o ensino e fundou escolas (1973, p. 23)”. E, como não poderia ser de outro modo, como diria Karl Marx, assim como em cada época e em cada sociedade, as ideias dos dominantes são as ideias dos dominantes da época, o mesmo ocorre na Idade Média sob o domínio da Igreja.

Observa-se que o trabalho docente na sociedade medieval articula-se com os interesses da Igreja, detentora de enorme poder material e monopolizadora no âmbito da mentalidade. Assim,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

com regras estabelecidas nas *Sagradas Escrituras*, a atividade do homem é guiada por esta e tem por escopo fazer o que *O Mestre* mandar e os êxitos ou fracassos das ações do homem são compreendidos e explicados como decorrência da “*Providência Divina*” (Sb 14,3; Hb 11,6 - cf. Bíblia de Jerusalém, 1995). Deste modo, compreende-se que “não há criação independente na atividade do homem; esta não é mais do que um meio pelo qual o ideal da verdade e o ideal do bem, autoritários e dogmáticos, devem formar a natureza corrompida do homem” (SUCHODOLSKI, 1984, p. 22). Vê-se, assim, à influência que a Igreja exerce na questão do domínio das mentalidades, viabilizado por Santo Agostinho, um dos pilares do pensamento deste período.

Gionanni Reale e Dario Antiseri relatam que “Aurélio Agostinho nasceu em 354 em Tagasta, pequena cidade da Numídia, na África. Seu pai, Patrício, era um pequeno proprietário de terras” (1990, p. 428). Canonizado – pelos préstimos prestados a Igreja – teve forte influência sobre o pensamento medieval por meio de sua vida e principalmente com seus escritos, dentre os quais destaca-se: *Cidade de Deus* (parte I), *Cidade de Deus, contra os pagãos* (parte II), *A Doutrina Cristã*, *De Magistro*, entre outros. Sem fazer nítidas divisões cronológicas, René Latourelle e Rino Fisichella ressaltam que em Santo Agostinho,

[...] de início, prevalece claramente o interesse apologético, no sentido de que, em face do racionalismo maniqueu, mais ostentado que verdadeiro, e em face das críticas pagãs ao reclamado caráter divino da religião cristã, no neoconvertido prevalece a obsessão de defender a racionalidade da fé e a credibilidade da revelação cristã. Mais tarde, a atenção desloca-se para os aspectos mais propriamente teológicos e antropológicos da revelação: como salvaguardar a simplicidade e a imutabilidade de Deus, a dimensão trinitária, a natureza e a economia da revelação (1994, p. 37).

Influenciado abundantemente pelo filósofo Platão, Santo Agostinho compreende o homem como corpo e a alma, e estabelece que o primeiro é o cárcere do segundo. A partir disso, têm-se os castigos aplicados ao corpo – tido como um instrumento de pecado – para a libertação da alma. E, assim, dá-se a relevância da austeridade e a rudeza como expressões simbolizadoras do bem em detrimento do riso e da alegria compreendidas como encarnações do demoníaco. Esta atitude levará, por exemplo, a proibição da obra de Aristóteles que trata da felicidade, conforme demonstra o livro de Humberto Eco *O Nome da Rosa*. Esta obra procura retratar, dentre outras





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

coisas, os valores que deviam ser enaltecidos e aqueles que deviam ser reprimidos e se possível extintos dentro da “cultura medieval”.

Pode-se dizer que a educação e, por conseguinte, o trabalho docente estará à serviço da teologia, pois, desempenharão o papel precípua de conduzir os homens em direção à Deus. Em sua obra *Confissões*, Santo Agostinho define o único caminho para a Verdade ao escrever sobre si mesmo: “buscava um meio para me prover de forças a fim de ser apto para gozar-Vos, mas não o encontraria, enquanto não abraçasse ‘o mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo Homem-Deus, bendito por todos os séculos, que está acima de todas as coisas” (1992, p. 159). Em *De Magistro (do mestre)*, Santo Agostinho realiza um diálogo com seu filho Adeodato em que ambos perscrutam a finalidade da fala. Importa ressaltar que este diálogo se reporta aos anos de 388 e 391 d. C, quando Agostinho se batiza em Tegaste (sua terra natal) e passa a dedicar o seu trabalho à Deus. Nesta obra, escrita após a morte de seu filho Adeodato, Agostinho explicita o seu lado paterno ao lado do educador ao demonstrar sua preocupação com a educação e formação de Adeodato que na época tinha apenas 16 anos. Ela se constitui num importante alicerce para a edificação da doutrina em Santo Agostinho. A influência platônica pode ser observada ao analisarmos a estrutura do diálogo *De Magistro* e sua semelhança com o diálogo socrático-platônico. Por ora, é relevante perceber neste diálogo, a conclusão apontada de que o único e verdadeiro Mestre, o “Mestre de todos está no céu” (AGOSTINHO, 1973, p. 355). Sendo assim, precisamos compreender que a verdade está escrita nos livros sagrados, e “se, depois, foi dita a verdade, isto no-lo pode ensinar somente Aquele que, falando por fora, avisa que habita dentro de nós; Aquele que, pela sua graça, hei de amar tanto mais ardentemente quanto mais eu progredir no conhecimento” (idem, p. 356). Logo, para Agostinho, basta somente consultarmos o que nos ensina Deus por meio de alguns homens, com sinais exteriores, para nos voltarmos interiormente a Ele.

Percebe-se, por conseguinte, a contribuição dada por Agostinho para que a Igreja monopolizasse o trabalho docente até o século XIII articulando-o aos seus interesses de acordo com as necessidades de cada período. Para os que não tinham as condições sociais e materiais para frequentarem as escolas havia as peregrinações e as festas dos santos de guarda, onde era uma obrigação interromper o trabalho para assistir às cerimônias religiosas. Nessas ocasiões, os





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sermões das missas funcionavam como um canal de divulgação das ideias clericais, “aliás, as ordens mendicantes são famosas pelos pregadores de discurso fácil e inflamado pintando, com tintas fortes, a recompensa divina e o castigo dos infernos” (ARANHA, 1989, p. 90). Constata-se, neste sentido, que “estamos diante de uma educação informal que, sobretudo numa sociedade analfabeta, desempenha um papel realmente fundamental” (CAMBI, 1999, p. 181).

A partir do séc. V., devido às incursões dos povos germânicos (bárbaros), restaram as escolas e “mosteiros da educação” cristã primitiva. Entre os mosteiros cumpre contar, em primeiro lugar, os da ordem beneditina⁷, e que no período medieval atingem o máximo desenvolvimento, até tornarem-se pólo da educação monástica ocidental. Lorenzo Luzuriaga, ao referir-se à estes mosteiros, assinala: “nos mosteiros, o essencial era, naturalmente, a vida religiosa, e só subsidiariamente a cultural e educacional. Por isso, seu aspecto intelectual era mui reduzido; mas, em compensação, era mui elevado o aspecto moral e espiritual”(2001, p. 79). E, neste sentido acrescenta Paul Monroe: “exceto para a preparação dos próprios monges ou da juventude consagrada à vida monástica, os mosteiros pouco fizeram durante diversos séculos para a instrução de qualquer espécie e o que fizeram foi principalmente de caráter religioso” (1970, p. 109).

Segundo Manacorda a partir dos mosteiros não nasce uma nova condição social do trabalho, pois, o trabalho fundamental para a subsistência deste, o cultivo do campo, era realizado por “trabalhadores agrícolas que trabalham nas propriedades do mosteiro nas mesmas condições em que trabalhariam para os remanescentes patrões romanos ou para os novos patrões bárbaros” (1992, p. 121). E foi nestas condições que os monges tiveram tempo para dedicarem-se à cópia de manuscritos e a conservação do saber. “Este trabalho de copista não era simplesmente mecânico, mas visava também produzir um resultado intelectual e moral” (MONROE, 1970, p. 110).

Deste modo, é certo que “nos séculos X e XI, não só grande parte da população era analfabeta; também os nobres ignoravam os rudimentos do ensino elementar, embora para muitos sempre fosse desprezível gastar tempo em livros e estudos” (LARROYO, 1982, p. 303). No entanto, é inegável o serviço prestado pelo monaquismo, que deixou como herança as sete artes

⁷ Segundo Arranha: “a Ordem Beneditina pode ser considerada a primeira ordem monástica, em importância, na Idade Média. Foi fundada por São Bento, no século VI (529), em Monte Cassino, na Itália” (1989, p.83).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

liberais, a saber, o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia). De acordo com Paulo Monroe, apesar da Idade Média possuir “em esboço todo o saber dos poucos séculos anteriores e sucessores; mas em seu conteúdo este saber era incomensuravelmente mais pobre do que o da era precedente ou seguinte” (1970, p. 112). Perante a uma infinidade de analfabetos, portanto, cumpre enfatizar: “tudo que de saber e de literatura antigos temos hoje devemos, em grande parte, aos monges. Mesmo o que os árabes acrescentaram durante os últimos tempos da Idade Média nos veio por intermédio dos monges” (idem, p. 111).

Sobre a “educação cavalheiresca”, as fontes historiográficas apontam que “esta nasce já a partir do século IV reunindo grupos armados irregulares que, colocando-se fora da lei e agindo com violência e crueldade, perturbavam a vida da *societas christiana*, dando voz a inquietudes sociais” (CAMBI, 1999, p. 160). Acrescenta Manacorda que o ensino cavalheiresco se referia “essencialmente a preparação para o exercício do poder, ou melhor, para aquele aspecto do poder que é o ‘fazer’ das classes dominantes, a guerra” (MANACORDA, 1992, p. 190).

Ao tratar sobre a educação cavalheiresca, Luzuriaga afirma:

De origem germânica, a cavalaria constitui um tipo de organização em parte coincidente com o feudalismo. Por ela os cavaleiros se vêem livres dos trabalhos econômicos e podem dedicar toda a atividade a outros fins. O principal deles é o serviço do Príncipe, do Estado, em sua forma rudimentar; daí nasce a necessidade do valor, da coragem que todo cavaleiro deve ter (2001, p. 83).

Os senhores feudais, tendo como interesse aumentar suas riquezas se utilizavam do saque e violência. Neste período, a profissão do nobre era a guerra, era natural um senhor feudal assaltar o domínio dos seus adversários. No entanto, “ninguém nascia cavaleiro. Tal dignidade se alcançava mediante um longo aprendizado e uma cerimônia. Além disso, constituía privilégio; era necessário pertencer a uma classe social” (LARROYO, 1982, p. 303).

Nesse período, pode-se dizer que os torneios eram um instrumento de preparação para a guerra, onde a educação cavalheiresca acontecia.

A educação do cavaleiro realizava-se, quando menino, no seio da família, no próprio palácio. Aos seis ou sete anos era mandado, já para a corte, já para o palácio de outro cavaleiro, e ficava principalmente ao serviço das damas como pajem. Aos quatorze ou quinze passava a escudeiro, e acompanhava o senhor nas guerras e a senhora no castelo, nas horas de paz. Aos vinte e um era armado





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

cavaleiro em cerimônia especial e adquirida, então, personalidade independente, posto fosse, às vezes, vassalo ou tributário de outro cavaleiro (LUZURIAGA, 2001, p. 84).

Compreende-se, deste modo, que a educação do cavaleiro possuía ideais e objetivos diversos daqueles ofertados pela educação dos mosteiros. Tanto é que ela se resumia, “em oposição as sete artes liberais da educação monástica, as sete perfeições do cavaleiro. Estas eram: cavalgar, atirar com o arco, lutar, caçar, nadar, jogar xadrez e versificar” (LARROYO, 1982, p. 306).

No entanto, com as transformações econômicas e o desenvolvimento do comércio, ocorreu o aparecimento da burguesia, que teve nos camponeses (servos e colonos) e no rei aliados para se contraporem ao poder dos senhores feudais. Deste modo, “associados em corporações de ajuda mútua, os burgueses massacraram alguns senhores feudais religiosos e leigos” (PONCE, 2005, p. 98). Soma-se, ainda, o aparecimento do dinheiro que favoreceu o desenvolvimento das trocas comerciais e contribuiu para que o servo se tornasse mais independente diante de seu senhor feudal, pois, podia pagar pelos dias que devia trabalhar nas terras senhoriais.

Assim, “já no curso do século XV, a Cavalaria era uma instituição em crise, marginalizada pelo renascimento da cidade e pelo fim dos aspectos ‘barbaros’ da vida social” (CAMBI, 1999, p. 162). Além disso, “perdido nas solidões rurais, o monastério já não podia servir de sustentáculo para a hegemonia da Igreja, numa época em que o comércio que nascia nas cidades já começava a exigir outra espécie de instrução” (PONCE, 2005, p. 98). Conclui-se, deste modo, que a “ordem medieval se desmoronou em sua estrutura social e política, em consequência das modificações nas relações de produção, frente às novas exigências de produção dos valores e de intercâmbio de mercadorias” (FALEIROS, 1980, p. 10). Destarte, pode-se inferir que a educação apesar de não ser absoluta e totalmente determinada pela sociedade é por esta condicionada, influenciada e, também, capaz de gerar o contrário no sentido de contribuir, dentro de um processo dialético, com a transformação da sociedade. Enfim, sinteticamente, pode-se afirmar que as transformações que vão se processando na sociedade produzem mudanças na educação e no modo com que o trabalho docente acontece.





Considerações finais

Embora apresentados de modo sucinto, os elementos expostos acima apontam para a compreensão do trabalho docente articulado com os interesses da classe social vigente e que detêm a hegemonia, aqui no caso, na sociedade medieval. Os estudos evidenciaram que as relações sociais medievais pautavam-se na ruralização, em uma economia de subsistência, estamental e rigidamente hierarquizada; decorrente disto “não se julga absolutamente necessário ensinar as letras aos camponeses” (ARANHA, 1989, p. 90) e, sim, formá-los no cristianismo para que compreendam que “Deus determinara a cada um o seu lugar: os que rezam para obter a salvação a todos, os que combatem para todos defender, e os que trabalham para o sustento de todos” (PONCE, 2005, p. 90). Enfatiza-se, por conseguinte, que o cultivo do conhecimento da leitura e da escrita tinha pouca ou nenhuma importância para o camponês medieval.

Todavia, é com o desenvolvimento das forças produtivas que o modo de produção feudal cedeu lugar ao modo de produção capitalista. Ou seja, “o advento do capitalismo mercantil” e sua combinação com o “humanismo renascentista e com a Reforma Protestante no século XVI deu um outro alento a escola de Estado” (FERREIRA Jr & BITTAR, 2008, p. 233). De qualquer modo, a educação medieval, em decorrência do domínio e predomínio da Igreja, assume a marca desta condição e expressa seus interesses, valores e práticas, no intuito de tornar eterno o *status quo* vigente.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**, tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1992.

_____. **De Magistro**. Tradução de Ângelo Ricci, São Paulo: Editora Abril, 1973.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém**. 7ª edição, São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1995.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

ENGELS, Friedrich. **Política**. José Paulo Netto (Org.); tradução de José Paulo Netto ... [et al], São Paulo: Ática, 1981.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1980, p. 9-77.

FERREIRA Jr, Amarílio & BITTAR, Marisa. **A Escola de Estado Na Perspectiva Marxista.** In: Isaura Mônica Souza Zanardini e Paulino José Orso (organizadores). Estado, Educação e Sociedade Capitalista. Cascavel: Edunioeste, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil/** Sergio Buarque de Holanda, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza dos Homens.** Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia.** Tradução de Luiz Aparecido Caruso, São Paulo: Mestre Jou, 1982.

LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino. **Dicionário de Teologia Fundamental.** Dirigido por René Latourelle e Rino Fischella; tradução de Luiz João Baraúna – Petrópolis, RJ: Vozes; Aparecida, SP: Santuário. 1994.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia.** Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972; 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação, da Antiguidade aos nossos dias.** Tradução de Gaetano Lo Mônico, revisão técnica da tradução: Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo-SP: Editora Cortez; Autores Associados, 1992.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas,** tradução de João Maia; revista por Alexandre Addor, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONROE, Paul. **História Da Educação.** Tradução e notas de Idel Becker, São Paulo: Editora Nacional, 1970.

ORSO, Paulino José. **Por uma educação para além do capital e por uma educação para além da escola.** In: Educação, Estado e contradições sociais. Paulino José Orso, Sebastião Rodrigues Gonçalves, Valci Maria Mattos (organizadores). São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Tradução de José Severo de Camargo Pereira, São Paulo: Cortez, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média,** SP: Paulinas, 1990.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas,** Lisboa: Portugal: Livros Horizonte, 1984.

VIANNA, Liz Werneck. **Liberalismo e Sindicalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

